

Trabalho e lazer: Uma relação necessária

Work and leisure: A necessary relation

Francisco de Assis*

* Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Universidade de Taubaté (UNITAU).

Resumo

Este artigo traça um breve panorama sobre a inter-relação estabelecida entre o trabalho e o lazer na sociedade pós-industrial. A reflexão é de natureza bibliográfica. Apoiada no pensamento de teóricos como Alexandre Koyré, Johan Huizinga, Domenico de Masi e Paulo Sérgio do Carmo, entre outros, busca sinalizar a diferença entre trabalho e emprego, bem como distinguir lazer alienado de lazer criativo. Com base nesses apontamentos, o texto ainda propõe a valorização do ócio como algo que pode gerar bons frutos à rotina produtiva das pessoas ou até mesmo redirecionar a produção dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Trabalho. Lazer. Sociedade Pós-Industrial.

Abstract

This article outlines a brief description of the inter-relationships established between work and leisure in post-industrial societies. This is a bibliography reflection supported by the theoretical thoughts of Alexandre Koyré, Johan Huizinga, Domenico de Masi and Paulo Sérgio do Carmo, among others. This paper intends to distinguish between work and job, as well as differentiate leisure and creative leisure. Based on these notes, the text also proposes close attention to leisure as something that can be profitable to people's productive routine or can even give new direction to communication networks.

Keywords: Work. Leisure. Post Industrial Societies.

“Não é do trabalho que nasce a civilização:
ela nasce do tempo livre e do jogo”.
(A. Koyré)

“É no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve”.
(J. Huizinga)

1 Introdução

Embora o filósofo francês Alexandre Koyré e o historiador holandês Johan Huizinga defendam que o desenvolvimento social se apóia, essencialmente, nas relações estabelecidas em momentos de desocupação, é impossível negar que o mundo capitalista vivencia a experiência de uma sociedade que se pauta pelo trabalho.

Queiram ou não os defensores do trabalho apenas como uma obrigação que resulta em uma gratificação, é certo que ele [o trabalho] dita regras, costumes, valores e até mesmo controla a rotina das pessoas, no que diz respeito ao tempo e à disponibilidade.

Todavia, não se pode negar que o trabalho é um meio e não o fim dessa relação social, razão pela qual é possível afirmar que o lazer é algo imprescindível para a sobrevivência dos atores sociais inseridos em tal contexto.

O tempo livre constitui-se em um momento de

distanciamento da rotina produtiva e, ao mesmo tempo, surge como uma necessidade do próprio ritmo de produção, uma vez que produtos culturais e de entretenimento precisam ser consumidos para movimentar a cadeia.

Esta reflexão se fundamenta nos conceitos já descritos e procura assinalar algumas diferenças: trabalho *versus* emprego e lazer alienado *versus* lazer criativo. O objetivo é estabelecer um pacto de releitura entre trabalho, lazer e mídia, mostrando qual importância é dada ao ócio na sociedade pós-industrial e observando como ele se organiza nos meios de comunicação jornalísticos. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, que se vale de textos de referência.

A principal defesa destas linhas, embasada pela revisão teórica de Carmo (2001); De Masi (2000); Dumazedier (1973); Gorz (1987); Heller (1977); Huizinga (1971); Koyré (2001); Marcellino (2001); Requiça (1980) e é a de que o trabalho e o lazer têm pesos e medidas muito semelhantes. Em outras palavras, o presente texto pretende mostrar que a civilização advém, sim, do labor, mas necessita de outras frentes para se fazer presente na sociedade.

2 Trabalho e Emprego: Interfaces

Quando se fala em trabalho, a primeira referência que vem à mente, com certeza, é a da atividade remunerada, ou seja, a do emprego. No Brasil, tal demarcação

remete ao artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), decreto-lei de 1º de maio de 1943 (BRASIL 2006), que dispõe o empregado como “toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”¹.

De tal forma, o trabalho informal, aquele realizado sem vínculo com empresa e que não se sujeita aos encargos sociais previstos pela CLT, não se encaixa nessa definição, mesmo que a exigência do sistema seja: produza algo para receber algo. Prova disso são estatísticas e censos elaborados regularmente acerca dos trabalhadores formais e informais que excluem os que não exercem algum tipo de ofício remunerado. E é exatamente essa distinção que estimula críticas há várias décadas.

Independentemente da “malfadada” associação entre trabalho e suas formas de contratação, no pensar de alguns estudiosos, é indispensável que se leve em conta que o trabalho puro e simples não se limita àquele que resulta em um salário. Particularmente, essa vinculação se baseia no capitalismo, que coloca a remuneração no centro de qualquer atividade e a torna uma necessidade social. Isto é, transforma a colocação no mercado, que possibilita a aquisição de bens materiais, em requisito básico para se viver em sociedade; com isso, aqueles que não fazem parte da camada “trabalhadora”, conseqüentemente, não sentem que possuem seu próprio espaço:

As pessoas que ‘trabalham’, isto é, aquele bilhão que exerce encargos remunerados, estão mais garantidas do que as outras, são mais respeitadas, podem ostentar a profissão no cartão de visitas. Ao “trabalho”, de fato, são atribuídos efeitos positivos, até milagrosos. Segundo muitos sociólogos, apenas quem trabalha consegue socializar-se, amadurecer, realizar-se. Segundo algumas religiões, só quem trabalha consegue se redimir do pecado original e alcançar o paraíso (DE MASI, 2000, p. 13).

Mesmo diante desse pensamento que, atualmente, domina grande parte da população, não dá para ignorar a essência real do trabalho. Carmo (2001, p. 15), por exemplo, afirma que “podemos definir o trabalho como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência”.

Essa colocação é pertinente, uma vez que a relação promovida pelo trabalho entre os seres humanos jamais se limitou ao período imposto por um empregador para a realização de uma determinada função. As refeições preparadas pela dona-de-casa para a família não deixam de se constituírem em trabalho, assim como o esforço do estudante para se preparar para ser um bom profissional também faz parte dessa concepção.

Nesse sentido, Carmo (2001) complementa ao afirmar que, realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, na realização da atividade, estabelece a base das relações sociais.

Do ponto de vista ideológico, as pessoas são conhecidas, ou avaliadas, de acordo com sua colocação no mercado de trabalho. Sem entrar no mérito da posição ocupada hierarquicamente, apenas estar dentro desse “mundo” já é um privilégio e modifica o olhar das demais pessoas com relação a esse ou àquele indivíduo. Um exemplo simples é que até mesmo o senso comum faz questão de destacar: “o trabalho dignifica o homem”, ou ainda, comentários do tipo: “João é trabalhador. João é um bom sujeito”.

Contudo existe uma incoerência nessas alegações. De Masi (2000) critica o pensamento que eleva o trabalho à condição doutrinária. Para ele, um dos problemas da má distribuição de riquezas é a insistência que se tem em valorizar tais modelos:

Com o arrebatamento do parâmetro trabalho chegou-se a dizer: tu receberás uma retribuição porque trabalhas, mesmo que seu trabalho não produza nada e não sirva para nada [...] O importante é que faças alguma coisa que as estatísticas oficiais possam classificar como ‘trabalho’ e que a economia corrente possa considerar retribuição (DE MASI, 2000, p. 18).

E exemplifica a crítica:

Com base nessas convenções, uma mulher que educa o filho em casa não é remunerada, enquanto uma mulher que educa os filhos dos outros numa creche merece uma remuneração. [...] Em muitos países, os grandes hotéis e repartições públicas empregam rapazes como *lift boys*, que sobem e descem nos elevadores apenas apertando botões para os clientes. O trabalho deles é completamente inútil, não produz nenhuma riqueza, serve apenas para individualizar, entre milhões de rapazes, aqueles a quem dar um salário em troca da prestação de um serviço inútil, estúpido e sem esperança (DE MASI, 2000, p. 19).

Ora, se a produção de riquezas é o que importa na sociedade capitalista, no mínimo se caracteriza como incoerente a conservação de alguns tipos de atividade remunerada se nada de útil produzem. Por conseqüência, é ilógico dizer que os bilhões de pessoas que realizam algum tipo de tarefa pelo mundo, sem remuneração, não trabalham.

O que deve ser refletido é que o regime de consumo imposto à sociedade capitalista é que dá a eles outra posição, mas uma posição injusta, até porque não existe trabalho formal disponível para todo mundo.

Aliás, essas considerações levantam uma outra questão: hoje em dia, é comum se ver um pequeno grupo de pessoas trabalhando 8, 10, 12 ou até 15 horas por dia, ao passo que uma enorme massa está sem trabalho, seja porque não possui qualificação, seja porque os custos com essa distribuição de trabalho são bem menores do que se muito mais gente estivesse empregada.

Mas, se não há emprego para todos e se o indivíduo só se vê como membro da sociedade quando trabalha, será que existem saídas para essa situação? À luz

¹ Instituída pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, juntamente com o salário mínimo e a carteira profissional, a CLT unificou a legislação trabalhista em vigor no País. Seu objetivo principal era o de regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho.

das idéias de Karl Marx, pensador e político alemão, “trabalhar menos para que todos trabalhem e vivam melhor” (CARMO, 2001, p. 80).

De Masi (2000), por sua vez, propõe a implantação de um novo pensamento, que não permita o entendimento da socialização apenas como fruto do trabalho. Faz-se necessária, portanto, uma grande tarefa de educação dos jovens e de reeducação dos adultos para que aprendam como dar sentido e valor ao tempo livre, enriquecendo-o de introspecção, criatividade e convivência.

3 Lazer Alienado e Lazer Criativo

Seja executora de trabalho formal e remunerado ou de qualquer outra atividade que requeira energia e disposição, toda pessoa precisa destinar um tempo para satisfazer as necessidades ligadas à sua natureza humana, tais como introspecção, amizade, amor e diversão (HELLER, 1977).

Esse tempo de distração, necessário ao homem, até por conta de algumas razões de sociabilidade, pode ser classificado de duas formas diferentes: lazer alienado e lazer criativo.

O primeiro diz respeito à necessidade que o trabalhador tem de se “anestésiar” do seu próprio dia-a-dia. Esse tipo de ócio não “gera nada”, não leva à reflexão e nem mesmo oferece conhecimento para quem o vivencia; contudo é importante para um momento de “higiene mental”. Por exemplo, assistir à novela ou a um *reality show*, tão em moda ultimamente. Talvez haja quem acompanhe esses programas com olhar crítico, mas a grande maioria liga a TV para se distanciar dos pensamentos em torno do trabalho.

A segunda classificação sugere algo além do descanso. O momento de lazer pode ser valorizado e transformado em algo que possa trazer benefício a quem o experimenta. Fazer um passeio cultural por lugares históricos, assistir a uma ópera ou a um show são exemplos desse lazer que promove aperfeiçoamento pessoal.

Marcellino (2001) esclarece que lazer supõe obrigações, ou seja, para que ele exista é necessário que elas cessem. Por isso a relação do momento de folga com o trabalho é necessária, sendo impossível imaginar um mundo onde o trabalho seja o cerne das socializações e as relações humanas surjam apenas do tempo livre, embora o lazer seja essencial para a qualidade de vida e o bem-estar do ser humano.

Também há de se levar em conta outro fenômeno: as pessoas trabalham visando a momentos de tranqüilidade e divertimento, mas vivem se queixando de que não têm tempo para o lazer. Os momentos de folga, muitas vezes, são destinados à realização de outros trabalhos que não fazem parte da rotina do emprego:

O conceito de lazer que se restringe à consideração do tempo também incorre em áreas nebulosas, como as exemplificadas pelo fato de que o mesmo indivíduo pode, em um dado período de tempo, desenvolver atividades simultâneas. E o próprio conceito de tempo livre não deixa de ser simplista, uma vez que nas relações sociais tempo algum é totalmente livre de coações ou de normas de conduta. Mas o certo é que não se pode deixar de considerar o tempo quando se fala em

lazer, pela própria dinâmica histórica que gerou (MARCELLINO, 2001, p. 24).

Dumazedier (1973) e Requixa (1980), sociólogos contemporâneos, concebem o lazer como efeito de liberdade e de escolhas pessoais, ainda que tal caracterização não possa ser pensada como absoluta.

De acordo com Dumazedier (1973, p.34) lazer é:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Requixa (1980, p. 35) define como:

Uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social.

Se há consenso na sociedade pós-industrial de que a maioria dos trabalhos braçais é realizada por máquinas e de que ao homem restam as tarefas para as quais ainda não pode ser substituído: a de ter idéias e a de criar, a capacidade de executar funções e a racionalidade já não são méritos valorizados. Agora, os valores se voltam muito mais para a emoção, a preparação e a criatividade, características que necessitam de momentos de lazer para se configurarem com excelência.

Com isso, surge uma outra questão: que prioridade as pessoas dão a seus momentos de lazer? É possível alegar que, numa escala de importância, o divertimento fica nas últimas colocações. Prova disso, um pouco antiga, mas que, ao que tudo indica, não tomou novas proporções, é uma pesquisa realizada na França, em 1978, utilizada como base para as reflexões do sociólogo André Gorz (1987). Naquela época, 75% dos entrevistados declararam-se a favor de que todas as pessoas em idade de trabalhar deveriam fazê-lo; e, ainda, sobre a possibilidade de poder viver sem a obrigação de trabalhar, 57% afirmaram que não.

Pela constatação de Gorz (1987), uma nova reflexão pode ser levantada nessa mesma agenda. A bibliografia da área da Sociologia indica que as pessoas não compreendem bem a importância da diversão em suas vidas, mesmo que sintam necessidade de vivenciar tais momentos. Seria como se o ser humano acreditasse que o tempo que destina ao ócio não é tão relevante quanto seu trabalho. Porém o divertimento, a brincadeira, o descanso e o jogo são fenômenos sócio-culturais, que englobam toda e qualquer atividade humana.

Nesse sentido, Huizinga (1971) defende a descrição de seu *homo ludens*. Para o autor a capacidade que o ser humano tem de se divertir (se descontraír, criar) é uma característica tão forte quanto sua capacidade de raciocinar.

4 O “Lazer Midiático”²

A supervalorização do trabalho, apontada pelos teó-

ricos e observada constantemente no Brasil e no resto do mundo, também é presente no universo midiático. Dentro das redações de jornais, por exemplo, a editoria de cultura chega a ser desvalorizada por jornalistas de outras seções – afinal, para que servem matérias sobre música ou cinema:

O jornalista cultural costuma ser visto pelos colegas de outras áreas, como a política, a policial e a econômica, com uma série de preconceitos. Primeiro, supõe-se que ele trabalha menos. Não é verdade. Jornalista cultural sério trabalha muito fora da redação também: lê livros em casa, vai a shows, filmes e exposições, cobre festivais etc. [...] Além disso, a responsabilidade do jornalista cultural é especial, porque ele pode facilmente 'quebrar a cara' quando não domina um tema [...] (PIZA, 2003, p. 88).

O fato é que, muito embora ocupem uma parcela considerável da mídia, os produtos voltados para o lazer são sub-valorizados dentro das empresas jornalísticas. Por tratar-se o jornalismo de uma atividade de maior credibilidade do que aquelas visivelmente atreladas a programas publicitários (CHAPARRO, 2007), a idéia que se tem, dentro das redações, é a de que a prática profissional direcionada à cultura e ao entretenimento não é tão importante quanto aquela que se dedica a assuntos como economia, política, polícia etc. O resultado: o jornalismo que serve aos leitores para seu momento de ócio fatalmente está fadado à superficialidade e à não-valorização da criatividade.

Se a sociedade não se voltasse principalmente para o trabalho deixando o divertimento em segundo plano, o próprio lazer midiático não seria sub-valorizado. Faz-se necessário que essa sociedade encontre caminhos para ser mais criativa, o que resultará em um lazer e em uma mídia muito mais fecundos.

5 De Volta ao Começo

Apontado como um dos temas mais controversos da Sociologia, o trabalho gera discussões que podem ser observadas sob as mais diferentes ópticas. A própria demanda da sociedade pós-industrial é como um Janus dos dias atuais: por um lado, exige das pessoas uma postura mais “emotiva” – haja vista o famigerado coeficiente emocional, valorizado pelas empresas – e defende que o lazer é fundamental para o processo criativo; por outro, coloca esse mesmo lazer como a última das prioridades do ser humano.

Por essa razão é que este texto defende que as máximas de Koyré e de Huizinga não podem ser pensadas como únicas verdades no contexto observado. Em outras conjunturas, talvez até a civilização nasça do tempo livre e do jogo, mas, na sociedade capitalista, o trabalho é inserido como componente essencial de socialização desde a infância: não raro, escuta-se alguém abordar uma criança com a pergunta: “O que você vai ser quando crescer?”.

Assim, o que se protege é a idéia de que o lazer está intrinsecamente ligado à obrigação do trabalho. E tal relação é necessária, porque não há quem consiga sobreviver apenas de realizar tarefas e receber remuneração por elas; porque as relações humanas não se resumem àquelas conquistadas dentro de empresas, escritórios ou fábricas; e, principalmente, porque nem todos têm a oportunidade de se constituírem como trabalhadores formais.

Quanto à comunicação midiática, principalmente no que tange à esfera jornalística, pode-se afirmar, sem qualquer receio, que ela se organiza de acordo com as demandas sociais. Por isso, a indisposição das redações em produzir conteúdos – voltados para o lazer – mais sólidos, férteis e criativos. Além disso a resistência de muitos para com o jornalista que se dedica a escrever sobre cultura e entretenimento nada mais é do que reflexo do pouco interesse do público.

Tornar o lazer uma prioridade na vida é, portanto, um processo que deveria ser encarado com mais seriedade, até mesmo para que possa gerar bons frutos para a rotina produtiva das pessoas e fortalecer a identidade da sociedade pós-industrial.

Referências

- BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. *CLT Dinâmica. Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html>>. Acesso em: 10 mar. 2006.
- CARMO, P. S. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 2001.
- CHAPARRO, M. C. *Bumerangues e propaganda*. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/chapa21.html>>. Acesso em: 15 maio 2007.
- DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- PIZA, D. *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.
- REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

² A expressão “lazer midiático” utilizada neste texto diz respeito aos conteúdos de entretenimento produzidos pela mídia, em especial nas editorias de Jornalismo Cultural (no impresso, no rádio e na TV), objeto de estudo do autor do artigo.

Francisco de Assis*

Pós-graduando em Jornalismo Cultural pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Assessor de imprensa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Taubaté (UNITAU) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Comunicação (NUPEC), na mesma instituição.

e-mail: <francisco-nupec@uol.com.br>

*** Endereço para correspondência:**

Travessa Raphael, 157 – CEP 12080-270 – Taubaté, São Paulo, Brasil.
